

## ACTA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARGANIL

-----Aos vinte e nove dias de Dezembro de dois mil e dez, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, reuniu na sede da junta de Freguesia de Arganil, sita à avenida José Augusto de Carvalho, número oito B, primeiro andar, Arganil, a Assembleia de Freguesia de Arganil, conforme teor da respectiva convocatória, tendo estado presentes os seus membros Carlos Alberto Ventura Fernandes, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, Armando Jorge Oliveira Mendes Lopes, na qualidade de Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, Dora Marisa Lopes Pinheiro, na qualidade de Segundo Secretário da mesma Mesa, Rui Manuel Dias Francisco, Abel Ventura Fernandes, Leonel da Conceição Costa, Maria da Graça Moniz da Silva Ferreira e João Manuel Pinto Vinagre, na qualidade de membros da Assembleia de Freguesia de Arganil. Após chamada nominal dos constituintes da assembleia, verificou-se a ausência de Maria Patrocínia Marques da Costa Rodrigues, ficando a aguardar-se a apresentação da justificação da falta, por escrito, conforme dispõe o número dois do artigo décimo A da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, na redacção dada pela Lei número cinco A barra dois mil de dois, de onze de Janeiro, se assim o entender. Presentes estiveram também, nos termos do disposto no artigo décimo segundo das normas supramencionadas, João António Travassos Nunes, Pedro Alexandre Pinto Alves e Lucília Joaquina de Mateus Ferreira Rebelo, Presidente da Junta de Freguesia e Vogais, respectivamente. -----

-----Constituída a Mesa da Assembleia e verificada a existência de quórum, o seu Presidente, após justificar o atraso dizendo que estava convencido que o início da sessão estava marcado para as vinte e uma horas e trinta minutos, deu por iniciada a sessão quando eram vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----“Ponto um – Apresentação e votação da acta da sessão realizada a vinte e quatro de Setembro de dois mil e dez; -----

-----Ponto dois – Análise de assuntos de interesse para a Freguesia; -----

-----Ponto três – Apreciação e votação das Opções do Plano; -----

-----Ponto quatro – Apreciação e votação do Orçamento da Receita e Despesa para dois mil e onze e Mapa de Pessoal.”-----

-----Antes do início do tratamento dos pontos definidos na ordem de trabalhos, o membro Leonel da Conceição Costa solicitou o uso da palavra, o qual lhe foi concedido, tendo declarado que se tornou habitual as sessões iniciarem-se com atrasos significativos. Disse compreender todas as justificações que têm sido apresentadas mas também referiu que os horários fizeram-se para se cumprir e que se alguém considera que o horário de início estabelecido é inconveniente então que se defina outro, mas que tais horários, quaisquer que sejam, sejam cumpridos. A deputada Graça Moniz, no uso da palavra também previamente solicitada e concedida manifestou idêntica posição em relação ao mesmo assunto. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia informou ter registado devidamente o teor das intervenções efectuadas. -----

-----De imediato o Presidente da Assembleia deu por iniciado o ponto um da ordem de trabalhos, propondo a dispensa da leitura da acta da reunião anterior, uma vez que julga ser do conhecimento atempado de todos os membros da Assembleia, quer através do respectivo envio por correio electrónico quer por entrega em papel. A proposta foi unanimemente aceite, tendo Maria da Graça Moniz da Silva Ferreira proposto algumas alterações ao texto, essencialmente no sentido de o melhorar ao nível da construção de certas frases, alterações essas também aceites por unanimidade. Posta à votação, foi

aprovada por unanimidade a acta da sessão realizada a vinte e quatro de Setembro de dois mil e dez. -----

-----De imediato passou a ser trabalhado o ponto número dois da ordem de trabalhos: “Análise de assuntos de interesse para a Freguesia”. -----

-----A mesa da Assembleia registou as inscrições dos membros Leonel da Conceição Costa, Maria da Graça Moniz da Silva Ferreira e Dora Marisa Lopes Pinheiro. -----

-----Tendo a palavra sido concedida a Leonel da Conceição Costa este colocou a questão relacionada com a deslocação de um poste de electricidade no Maladão, pois apesar de já ter sido informado pelo presidente da junta que os serviços da autarquia já tinham feito os respectivos contactos junto da “EDP – Electricidade de Portugal, SA”, o assunto ainda não se encontra objectivamente resolvido. Em relação à toponímia insistiu no desmazelo que tem observado em placas da vila, encontrando-se algumas caídas como sejam as das ruas professora Beatriz Moreira e doutor Parente dos Santos. Afirmou não compreender tais situações uma vez que sabe que as recuperações a fazer são de carácter bastante simples, mesmo considerando que é necessário que nessas reparações existam maiores preocupações no que diz respeito à robustez das placas, para que não seja tão fácil ocorrer a sua destruição. Abordou o assunto relacionado com a queixa de um morador da Barrosa: em frente ao prédio no qual se encontra instalado o restaurante “Tijoana” existe um aqueduto de águas pluviais que se encontra tapado e que disse prejudicar terceiros, nomeadamente o senhor Ismael, que lhe comunicou a situação, tendo este cidadão dito que a água escorre junto ao prédio que habita, o que provoca receio no que se relaciona com a continuação das boas condições das fundações do prédio. -----

-----De seguida usou a palavra a deputada Maria da Graça Moniz que demonstrou preocupação com a falta de passadeiras devidamente pintadas junto da Igreja Matriz, já que essa lacuna representa bastante perigo para os peões, tendo dito ter assistido a situações que não deviam acontecer e que poderiam ter causado graves lesões aos transeuntes. Referiu a inaceitável altura a que se encontra o sinal de “STOP” na rua Torre de Cotillas, situação que poderá provocar algum acidente com peões que venham a colidir com este. Referiu ainda a falta de uma passadeira para peões no arruamento que dá acesso à estrada da Sarcina, mais especificamente no cruzamento que dista poucos metros da escola número dois de Arganil, ao Sobreiral. Explicou que nesse arruamento existe uma passadeira junto da casa do senhor Manuel Quaresma, devendo, a passadeira em falta ser desenhada a poucos metros dessa, junto do cruzamento, tendo em vista melhorar a segurança de quem se desloca da Gândara para a escola. Relativamente ao cruzamento do Vale da Nogueira reafirmou a sua preocupação, já que não verificou qualquer intervenção que vise minimizar a perigosidade do local. Referiu que no dia anterior assistiu naquele local a um acidente rodoviário grave entre dois veículos, um vindo da estrada do Vale da Nogueira e outro que se deslocava no sentido de Pombeiro da Beira para Arganil. -----

-----Passou a intervir a deputada Dora Marisa Lopes Pinheiro que informou que o alcatrão dos arruamentos do Maladão se encontra bastante degradado. Abordou também que a falta de toponímia provoca dificuldades na distribuição da correspondência, especialmente quando a mesma é dirigida a crianças. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia no sentido de prestar os esclarecimentos solicitados e revelar as intenções do executivo sobre as situações abordadas. -----

-----Quanto às placas toponímicas referidas pelo membro Leonel Costa informou ter já enviado ofício ao Presidente da Câmara Municipal, tendo o mesmo acontecido em relação ao sinal de “STOP” invocado pela deputada Maria da Graça. Relativamente à preocupação do munícipe Ismael, nesta reunião abordado pelo senhor Leonel Costa, esclareceu que o aqueduto não está tapado nem existe qualquer situação que possa prejudicar o prédio em questão. Informou que em Assembleia Municipal abordou o caso das passadeiras situadas

junto à Igreja Matriz e todas aquelas que estão com a pintura a desaparecer. Disse ter tomado nota da necessidade da elaboração das passadeiras no Sobreiral, na zona da escola número dois de Arganil, garantindo que o assunto iria ser devidamente estudado. Quanto ao cruzamento do Vale da Nogueira e respectiva perigosidade declarou que é sua intenção contactar a Câmara Municipal no sentido de, em conjunto, serem estudadas medidas a implementar de modo a minimizar as possibilidades da ocorrência de acidentes. Informou ter conhecimento que as obras a realizar nos arruamentos de Maladão, por parte do Município, com colocação de alcatrão, irão decorrer até final do primeiro trimestre de dois mil e onze. A questão da toponímia está em vias de resolução, estando-se na fase de consulta de mercado quanto às placas a usar e que o processo de afixação das mesmas no Maladão está planeado para acontecer logo a seguir à vila de Arganil, ou mesmo em simultâneo, já que o procedimento anda a par. Deu informações como decorre na Câmara Municipal o processo de atribuição dos números de polícia. -----

-----O Presidente da mesa da Assembleia questionou os presentes se as explicações dadas pelo Presidente do órgão executivo tinham sido esclarecedoras e se as dúvidas estavam todas dissipadas. No silêncio dos membros da Assembleia, o Presidente considerou estarem reunidas as condições para passar ao tratamento do ponto número três da ordem de trabalhos: “Apreciação e votação das Opções do Plano”, tema cuja discussão se iniciou de imediato. O Presidente da Assembleia questionou se os seus elementos preferiam que o Presidente da Junta de Freguesia prestasse explicação global sobre o documento ou se, por outro lado, pretendiam interpelá-lo nos aspectos que entendessem mais pertinentes. A assembleia optou pelo segundo modo de trabalho. Assim, inscreveram-se para uso da palavra os membros Abel Ventura Fernandes, Leonel da Conceição Costa e Maria da Graça Moniz da Silva Ferreira. -----

-----O membro Abel Fernandes questionou o Presidente da Junta de Freguesia sobre a existência de projectos concretos ou se o documento se referia somente a “boas vontades”. O Presidente da Junta esclareceu que o documento espelha aquilo que está, no caso de aprovação, efectivamente projectado. Disse que a intervenção planeada para a localidade de Valbona consiste numa obra que visa solucionar o deficiente encaminhamento de águas, que se acumulam em frente à casa de um munícipe. Abel Fernandes questionou sobre o planeado em relação ao Maladão, a que o Presidente da Junta respondeu serem diversas as obras a desenvolver naquela aldeia, mas que ainda não existiam projectos elaborados e que nos Cadavais se trata da reconstrução de um muro que se encontra caído. O membro Abel Fernandes perguntou sobre o que está planeado para a Aveleira, considerando que o investimento previsto é avultado. O Presidente da Junta informou tratar-se essencialmente de obras a desenvolver no Largo da Aveleira, em consequência da recente construção de uma capela. Abel Fernandes solicitou ainda esclarecimentos sobre a intervenção da escadaria das Torrozelas ao que o presidente do executivo declarou que a realização da escadaria das Torrozelas, aldeia com bastante declive, é importantíssima no sentido de encurtar o caminho que muitos dos seus habitantes têm de percorrer desde a estrada até suas casas, evitando-se assim que tenham de andar distâncias muito superiores àquelas que terão de percorrer através da escadaria. No Rochel, em relação à rua que dá a volta ao “povo” e vai desembocar na escola é intenção colocar uma passagem. Finalmente, Abel Fernandes perguntou: “toponímia, agora é que vai?” ao que o Presidente da Junta de Freguesia respondeu afirmativamente, estando o processo bastante adiantado, havendo já a ideia sobre o material a usar nas placas: azulejo. -----

-----De seguida foi dada a palavra ao deputado Leonel Costa que declarou que, quando via no documento previstos cinco mil euros para o Maladão e a mesma quantia para o Rochel, não compreendia, dado que quando vai ao Rochel vê passeios e tudo melhor organizado que no Maladão. Declarou não compreender também a orçamentação para a Aveleira, no valor de três mil euros, já que é uma povoação que tem “três ou quatro”

habitantes. Salientou que não viu no Plano verba atribuída para a toponímia do Maladão. Quanto aos Cadavais disse que idêntica importância estava orçado no documento do ano anterior mas como a obra não foi efectuada continua previsto o valor no documento de dois mil e onze. Declarou considerar tal obra essencial. -----

-----De seguida interveio a deputada Maria da Graça Moniz da Silva Ferreira, referindo que a rua Maestro Alves Coelho, rua histórica e central da vila de Arganil, não se encontra contemplada com nenhuma verba nas “Grandes Opções do Plano”. Declarou ser usual ouvir as pessoas criticarem os diversos tipos de passeios existentes na sede do concelho, sendo sua opinião que existem passeios que dificultam a locomoção de idosos e deficientes, tendo apontado alguns exemplos. Afirmou ver no documento de gestão em discussão diversas verbas para arruamentos, mas que o problema relacionado com o saneamento básico do Rochel se mantém, sendo para si indiferente que seja a Câmara ou a Junta a resolvê-lo, mas que não se deveria deixar passar em claro nas “Grandes Opções do Plano” para dois mil e onze. -----

-----O Presidente da Junta de Freguesia passou a prestar os esclarecimentos necessários às questões colocadas: disse que na realidade e numa junta com a dimensão da de Arganil, efectivamente pensa não existirem “grandes opções” e que o que se encontra espelhado no documento são aquelas opções que o executivo considerou serem as mais prementes, não se devendo do mesmo extrair não existirem outras acções cuja necessidade de execução decerto se verifica noutros locais. Em relação à população existente no Rochel ou no Maladão declarou que a diferença não é grande, estando o Rochel também muito próximo das duzentas pessoas. No que diz respeito à toponímia prevê que a aquisição do material se verifique ainda no ano que decorre e consequentemente que a facturação ocorra até trinta e um de Dezembro. O muro dos Cadavais não está feito porque falta ainda apurar se existe responsabilidade do empreiteiro relativamente ao que aconteceu ou se pelo contrário aquele não a tem. Tendo já questionado a Câmara não obteve, contudo, esclarecimentos suficientes. Disse ser essa a razão que justifica a obra ainda não estar realizada e o facto da verba ir passando de um ano para o outro. Informou ter colocado o assunto da rua Maestro Alves Coelho em Assembleia Municipal e quanto aos passeios informou sobre a existência de verba no valor de vinte mil euros estando prevista a elaboração de contratos-programa para tal intervenção e nas passadeiras da vila. -----

-----A deputada Maria da Graça Moniz questionou ainda se está alguma verba prevista para intervenção no Largo Padre Manuel da Costa Vasconcelos Delgado, local que considera um “pandemónio”. -----

-----O Presidente da Junta disse desconhecer tais intenções. -----

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou o ponto três à votação tendo este sido aprovado por unanimidade. -----

-----De imediato foi dado início à discussão do ponto quatro: “Apreciação e votação do Orçamento da Receita e Despesa para dois mil e onze e Mapa de Pessoal”. -----

-----Abertas as inscrições para intervenção registaram-se as dos membros Leonel da Conceição Costa e de Maria da Graça Moniz da Silva Ferreira. -----

-----O membro Leonel Costa pediu esclarecimentos sobre a folha dois do orçamento da receita e despesa, especificamente quanto ao pessoal cuja verba inserida lhe pareceu demasiado elevada, bem como a verba destinada à Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental que a juntar à verba destinada a limpezas e a outras do mesmo género lhe causam alguma estranheza, pelo que solicitou esclarecimentos. -----

-----O Presidente da Junta de Freguesia passou a explicar que as rubricas “01.01.06.01.” e “01.01.06.02.” referem-se a pessoal da secretaria sendo diferenciadas pela situação de contrato a termo e quando se estiver perante situação de contrato sem termo. Quanto aos “POC’s” trata-se de pessoal externo operativo. Relativamente à verba inserida respeitante à Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, a mesma

justifica-se pelo protocolo existente entre aquela associação, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, cujo âmbito ultrapassa os serviços prestados e insere também razões de cariz social. -----

-----O deputado Leonel Costa declarou compreender e emitiu opinião tratar-se de dinheiro melhor empregue do que aquele atribuído a alguns “POC’s”, que, pelas informações que tem, vêm trabalhar para a Junta de Freguesia. -----

-----O Presidente da Junta declarou não estar descontente com os “POC’s”, pois desde que bem orientados e acompanhados executam bom trabalho apesar de não o fazerem com a celeridade desejada. Afirmou reconhecer que o incentivo financeiro com que se deparam é reduzido. Quanto à verba de quatro mil euros inscrita em “Limpezas na freguesia”, informou destinar-se à aquisição de serviços a empresas especializadas. -----

-----A deputada Maria da Graça Moniz questionou se os vinte mil euros inseridos na rubrica “Protocolo c/ Município em Contratos Programa” são transferidos da Câmara e que material inclui a rubrica “Material de escritório”. -----

-----O Presidente da Junta informou que nessa verba está incluída a parte da Freguesia e a que vier a chegar da Câmara. Quanto ao material de escritório disse incluir o material usado nos serviços da Freguesia e o material a adquirir para as escolas. -----

-----O Presidente da Assembleia pediu esclarecimentos sobre o destino dos quatro mil euros orçados para “Educação”. -----

-----O Presidente da Junta de Freguesia informou que tal valor orçado se destinava a pequenas reparações em edifícios escolares, subsídios como os atribuídos ao quadro de valor e mérito, livro de curso de estudantes universitários da freguesia que é constituído por caricaturas e mensagens escritas relacionadas com cada aluno e visitas de estudo. Salientou que o orçamento proposto tem acréscimo de mil euros em relação ao anterior. ---

-----Posta à votação a aprovação do orçamento da receita e despesa para dois mil e onze, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

-----O Presidente da Junta de Freguesia procedeu ainda, de forma resumida, à explanação da informação acerca da actividade do executivo, bem como da situação financeira, nos termos da alínea x) do artigo trigésimo oitavo da Lei número quinze traço A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo antes efectuado a sua distribuição, através de fotocópias, pelos membros presentes. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia questionou se algum dos presentes queria usar da palavra relativamente ao tema em tratamento, não tendo alguém demonstrado tal interesse. -----

-----Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Carlos Alberto Ventura Fernandes questionou os presentes sobre se alguma coisa tinha ficado esquecida ou por dizer. Verificado o silêncio dos membros da assembleia, deu por encerrada a reunião cerca de vinte e três horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia, Carlos Alberto Ventura Fernandes, por mim, Armando Jorge Oliveira Mendes Lopes, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia de Arganil, que a secretariei, bem como pelos restantes membros presentes. -----

---

---

---

---

---

---

---

---